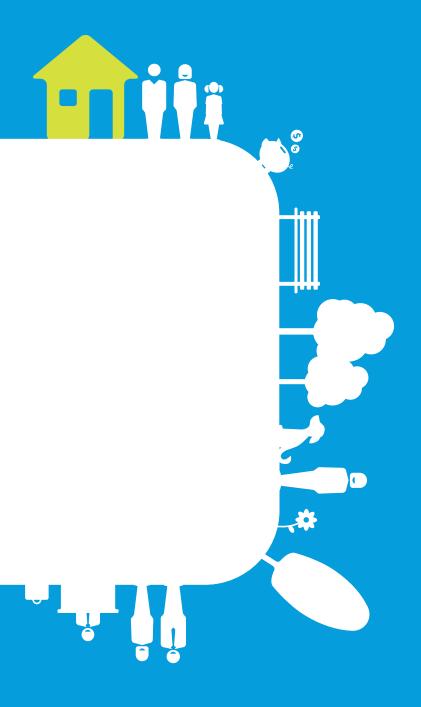


RELATÓRIO A N U A L

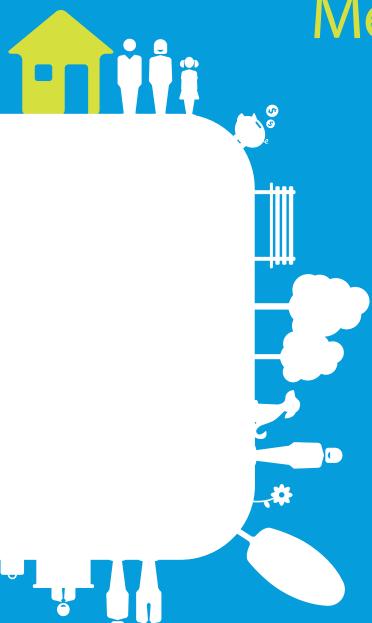




Índice

Mensagem da Diretoria

Wensagem ad Directoria	9
Previdência em Foco	5
Glossário	9
Composição do Conselho	12
Números da Entidade	13
Balanço Patrimonial	17
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	19
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada	20
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano ACMV	21
Demonstração do Ativo Líquido - Plano ACMV	22
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano ACMV	23
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	24
Relatório dos Auditores Independentes	35
Parecer Atuarial	37
Parecer do Conselho Fiscal	46
Ata de reunião do Conselho Deliberativo	48
Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	49
Informações sobre a Política de Investimentos	50



Mensagem da Diretoria

Maior eficácia nos controles, no atendimento e na comunicação

Administrar um plano de previdência complementar envolve vários aspectos para uma boa gestão. Lidamos com recursos e gerenciamos benefícios, que podem ser a mais importante fonte de renda de pessoas durante a aposentadoria.

Dessa forma, um planejamento estratégico, baseado nos conceitos de governança e de aperfeiçoamento constante da gestão, é fundamental para proporcionar mais eficiência aos processos e aos resultados, e aumentar a confiança e satisfação de todos os envolvidos.

Durante o ano de 2014, a Fundação Bemgeprev, bem como as demais entidades de previdência complementar do grupo, direcionou os olhares para elementos que reforçam o controle dos seus processos de forma desburocratizada e o relacionamento com os assistidos, a eficiência contábil e a excelência no atendimento e na comunicação.

Várias ações foram realizadas a fim de viabilizar melhorias nestes três pontos, veja mais no informativo "Com você" de novembro/dezembro de 2014

Novidades em 2015

O Conselho Deliberativo atendendo ao pedido de incorporação feito pelo Conselho Administrativo da Bemgeprev, composto apenas por representantes dos aposentados, aprovou na reunião do Conselho Deliberativo realizada no dia 11 de março de 2015, a incorporação da Fundação Bemgeprev pela Fundação Itaú Unibanço.

O tema foi analisado pelo Conselho Deliberativo por solicitação do Conselho Administrativo que, em sua última reunião, realizada no dia 25 de fevereiro de 2015, reiterou a manifestação a favor da incorporação e solicitou a apreciação pelo Conselho Deliberativo.

Com a incorporação a Bemgeprev acompanha movimento que vem sendo seguido por outras entidades do conglomerado que tiveram a gestão de seus planos transferida para a Fundação Itaú Unibanco, tais como: Plano 002 - Fasbemge (aposentados de origem Banco Bemge), Prebeg (aposentados de origem do Banco do Estado de Goiás) e os planos I e II da Banorte (aposentados de origem do Banco Banorte).

Destacamos que a incorporação não representa nenhuma perda de direitos ou alterações de qualquer direito adquirido pelos assistidos da Bemgeprev. Isso inclusive está assegurado pela própria legislação e faz parte dos compromissos assumidos pela Fundação Itaú Unibanco em todos os processos efetivados até hoje.

A Incorporação da Bemgeprev tem como objetivo a simplificação administrativa, com a eliminação de atividades e tarefas em duplicidade nas entidades. Isso gera redução de custos, melhoria na qualidade e maior agilidade dos serviços oferecidos, uma vez que a centralização na Fundação Itaú Unibanco permite disponibilizar estrutura mais ampla para atender seus cerca de 53 mil participantes, sendo quase 14 mil deles assistidos.

Importante salientar que será mantido o atendimento no mesmo padrão já existente na sede de Belo Horizonte, não havendo, portanto, nenhuma descontinuidade na forma e na qualidade do atendimento que os assistidos da Bemgeprev estão acostumados a receber.

Para saber mais, acompanhe as novidades no site da Bemgeprev – www.bemgeprev.com.br -, e leia a edição especial do "Com você" sobre o assunto.

Diretoria Executiva

Este Relatório Anual é um importante instrumento para manter você informado sobre as ações da Fundação Bemgeprev, realizadas durante o ano de 2014.

O Relatório além de ser uma exigência legal, é um instrumento que apresenta a gestão da entidade com transparência e clareza. Ele permite aos assistidos – bem como aos órgãos fiscalizadores e patrocinadoras – verificar dados sobre a gestão dos benefícios e a gestão administrativa, por meio de demonstrações contábeis, pareceres de auditores e de avaliação do plano, de informações sobre despesas, bem como da situação patrimonial e atuarial, da política e dos resultados dos investimentos, entre outros aspectos.

São duas versões: a completa e a resumida. Ambas podem ser encontradas no site da Fundação Bemgeprev– www.bemgeprev.com.br.

Nas próximas páginas deste Relatório Anual, você acompanha os resultados do seu plano e da Entidade em 2014, de forma detalhada. Você também pode acessar a versão resumida do seu plano no site, com os principais destaques e resultados do ano, facilitando seu entendimento e agilizando seu acesso às informações mais relevantes.

Boa Leitura!

A seguir, você acompanha as ações do programa de Educação Financeira e Previdenciária da Fundação Bemgeprev, realizadas durante o ano de 2014.

Pesquisa de Satisfação

Durante os meses de novembro e dezembro, foram aplicadas, por amostragem, entrevistas telefônicas, para a realização da 4ª Pesquisa de Satisfação entre os assistidos da Fundação Bemgeprev.

A pesquisa avaliou o atendimento, a comunicação, a administração do plano, a gestão de recursos, entre outros tópicos e identificou necessidades que ainda precisam ser atendidas.

Confira algumas das ações já desenvolvidas pela Fundação Bemgeprev por meio dos resultados obtidos nas pesquisas:

Palestras sobre Imposto de Renda

Em parceria com a Fundação Itaú Unibanco e a Ajubemge - Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas, Funcionários e Ex-Funcionários do Banco Bemge, a Fundação Bemgeprev promoveu em março uma palestra sobre Imposto de Renda.

A apresentação ocorreu em Belo Horizonte e contou com a presença do consultor especialista Marco Antonio Boni Mazini que falou sobre a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, esclarecendo as principais dúvidas sobre o tema.



Informativo Com você

Em 2014 foi disponibilizado a seção "Atendimento & Você" no informativo com respostas às principais dúvidas

Nova Sede

A sede da Fundação Bemgeprev foi reinaugurada em julho. Entre as mudanças, o local foi adaptado para ter uma área privativa, com recepção maior, sala de reunião e banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais.

A mudança assegurou mais conforto e acessibilidade para os o atendimento aos assistidos e funcionários.

Acesse www.bemgeprev.com.br e confira os resultados no informativo "Com você" de janeiro/fevereiro de 2015.



Veja outros acontecimentos e novidades nos informativos "Com você", disponíveis no site da Fundação Bemgeprev

Workshop Jurídico



A 8ª edição do Workshop
Jurídico de Previdência
Complementar aconteceu no
mês de dezembro e reuniu
cerca de 80 convidados,
entre conselheiros, diretores,
representantes dos comitês
de planos e colaboradores

das demais entidades ligadas ao Itaú Unibanco, além de advogados e profissionais das áreas trabalhista, cível e previdenciária.

No evento foram abordados os principais temas sobre prevenção e tratamento das demandas temerárias, que são questionamentos e ações judiciais sem fundamentos previstos nos Regulamentos e que impactam o patrimônio dos próprios planos.

Foram apresentados painéis sobre os impactos sociais da longevidade, atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, entre outros assuntos.

17º e 18º Encontro das Associações, Conselheiros e Representantes dos Comitês dos Planos

Anualmente são promovidos dois encontros entre as Associações de Aposentados, Conselheiros e Representantes dos Comitês de Planos, para abordar temas com o objetivo de treinar, alinhar e aprofundar os conhecimentos previdenciários.

Os encontros são elaborados em parceria pelas fundações do Itaú Unibanco e contribuem para disseminação da educação financeira e previdenciária.



Dr. Marcos - palestrante no 17º Encontro das Associações, Conselheiros e Representantes dos Comitês de Planos

O 17º encontro aconteceu em junho, com a participação do médico geriatra Dr. Marcos Cabrera e abordou o tema "Como conseguir uma vida boa na aposentadoria".

Em outubro, foi a vez da 18ª edição e os convidados assistiram à palestra do consultor de finanças pessoais Jurandir Sell Macedo Jr., que abordou as mudanças no quadro demográfico brasileiro e as quatro dimensões de uma vida em equilíbrio.



Jurandir Macedo - palestrante no 18º Encontro das Associações, Conselheiros e Representantes dos Comitês de Planos

Viver o presente é planejar o futuro

Em conjunto com as demais entidades de previdência complementar ligadas ao Itaú Unibanco, foi realizada a 11ª edição da festa de confraternização dos aposentados e pensionistas.



A comemoração da Fundação Bemgeprev aconteceu em Belo Horizonte, no dia 10 de setembro, e foi uma oportunidade para reencontrar os amigos, assistir ao show de música - que contou com a participação de Elvinho, considerado um dos três melhores covers de Elvis Presley das Américas -, dançar e receber dicas de como ser mais feliz nesta fase da vida.

Com o tema "Viver o presente é planejar

o futuro", o evento celebrou a felicidade de quem conseguiu programar uma aposentadoria melhor, graças ao bom planejamento.

Confira matéria com depoimentos no informativo "Com você" de Setembro/Outubro de 2014 e fotos no site *www.bemgeprev.com.br*, no link "Eventos".

Outros destaques de 2014

Fundação Bemgeprev no Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

Cerca de 45 representantes das entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco participaram, em novembro, do 35° Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP).

Com o tema "Previdência Complementar: Geração de Valores Sociais e Econômicos", o congresso trouxe palestras, painéis e reuniões técnicas sobre os mais diversos assuntos relacionados ao setor, fomentando ainda mais a cultura previdenciária.

Código de Ética

Foi lançado o novo Código de Ética, com linguagem mais acessível e simples e em linha com o Guia de Melhores Práticas de Governança, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

O material evidencia a Missão da Entidade, bem como os procedimentos necessários e inaceitáveis, além dos deveres essenciais dos membros dos órgãos estatutários.

O documento está disponível para consulta no site da Fundação Bemgeprev, no link "Nossas Diretrizes > Código de Ética". Acesse!



Novo horário de atendimento

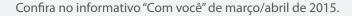
O atendimento pessoal e telefônico da Bemgeprev mudou de horário: de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h, sem interrupção do serviço no horário de almoço.

A mudança foi uma melhoria apontada na Pesquisa de Satisfação anual e busca aperfeiçoar cada vez mais os canais de atendimento da entidade.

Concessão de empréstimos

Em 2014 foi implantada a nova funcionalidade para que os assistidos possam realizar de forma online - no site da entidade -, os pedidos para concessão de empréstimos.

Além disso, as regras foram atualizadas, visando ampliar as vantagens oferecidas aos assistidos.



Eleições para os Conselhos da Bemgeprev

Durante o mês de fevereiro aconteceu o processo eleitoral para a escolha dos representantes dos assistidos nos Conselhos Administrativo, Deliberativo e Fiscal da Bemgeprev. A votação foi realizada via correio ou pessoalmente, na sede da Fundação.

Você pode conferir a composição atual dos conselhos no link "Quem Somos> Administração", no site www.bemgeprev.com.br.

Dia do Aposentado

A Fundação Bemgeprev participou da 12ª cerimônia do Dia Nacional do Aposentado, realizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP) e pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp).

O evento, que ocorreu em janeiro e pelo segundo ano consecutivo em São Paulo, homenageou assistidos com a entrega individual de um diploma comemorativo das mãos dos diretores de suas entidades.

Para conhecer o homenageado da Fundação Bemgeprev, desta edição do evento, acesse o informativo "Com você" de janeiro/fevereiro de 2014.

Ata do Conselho Deliberativo

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

As demonstrações de mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

Demonstração das Provisões Técnicas (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

Demonstrativo de Investimentos

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar -Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

Fundo

Significa o ativo administrado pela entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos.

Meta Atuarial

É uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do Plano, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

Parecer Atuarial

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

Parecer do Auditor Independente

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste emrelação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre a gestão da Fundação, abrangendo as áreas administrativa, financeira, atuária e controles. O Conselho Fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da entidade, deve zelar pela sua gestão econômico financeira e também responder por algumas ações, destacandose dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

Participante

É a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a } definição exata de participante e também a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano.

Patrocinadora

É a empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras.

Política de Investimentos

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (investimentos) e passivo (obrigações). Todos os documentos que você analisará a seguir já foram encaminhados para o controle e a verificação da Previc, autarquia vinculada ao Ministério de Previdência Social, responsável pela fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de Previdência Complementar.

Composição dos Conselhos

Diretoria				
Diretor Gerente	Diretor de Investimentos	Diretor-Presidente		
Arnaldo Cesar Serighelli	Gabriel Amado de Moura	Sergio Guillinet Fajerman		
Reginaldo José Camilo		g		

Conselho Administrativo				
Conselheiro efetivo	Conselheiro suplente	Presidente	Presidente suplente	
Catão Baptista Filho	José Mário Almeida	Anuinalda lasá da Custa	Lourival Lelles	
Plínio Buarque Vogas	Alonso Rodrigues Martins	Aguinaldo José do Crato	Lourival Lelies	

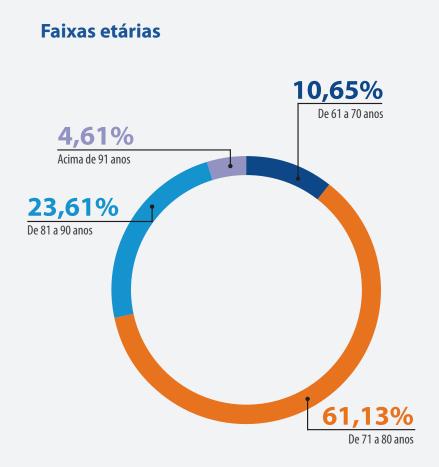
Conselho Fiscal			
Conselheiro efetivo	Conselheiro suplente	Presidente	Presidente suplente
Marco Aurélio de Oliveira	Hélio Eduardo Martinez Pavao		
Cleide Xavier Rocha Foureaux	Adenir Alves dos Santos	Álvara Falina Dimi Dadriguas	Tourse Cristing Athered Marson des Fontes
Laiz Maria Martins Lannes	Luciana Leonina Fernandes Correa	- Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues	Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes
Luiz Fernando da Silva Telles	Mauro Peres Macedo		

Conselho Deliberativo					
Conselheiro efetivo	Conselheiro suplente	Presidente	Presidente suplente	Vice Presidente Efetivo	Vice Presidente Suplente
Carlos Henrique Donegá Aidar	Marcelo Luis Orticelli	Osvaldo do Nascimento	Cláudio José Coutinho	Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado
Geraldo Brandão Vieira	José Cassio Damas	Osvaido do Nascimento	Arromatte	iviessias Caetano Neto	IVIALIA LUCIA IVIACNACIO

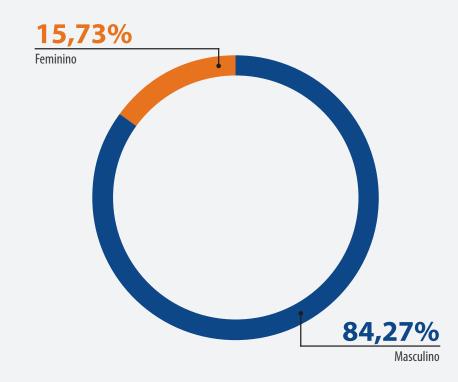
Reuniões dos Conselhos

Durante o ano de 2014, os Órgãos Administrativos da Fundação Bemgeprev realizaram reuniões para tratar de assuntos relacionados à gestão da entidade e dos planos. As reuniões do Conselho Deliberativo aconteceram nos meses de Março e Dezembro, do Conselho Fiscal em Março e Setembro e do Conselho Administrativo em Março e Agosto.

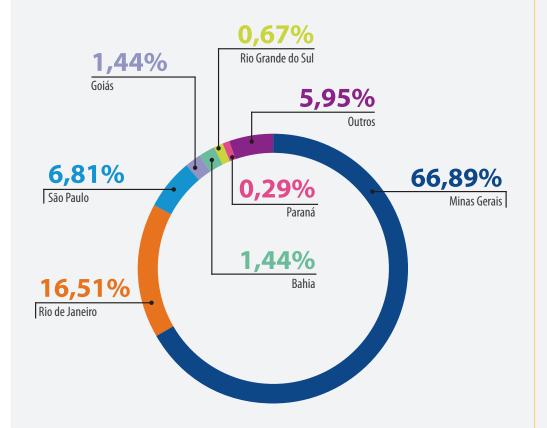
Total dos Assistidos 1.042







Presença nos estados



Tipo de Benefício

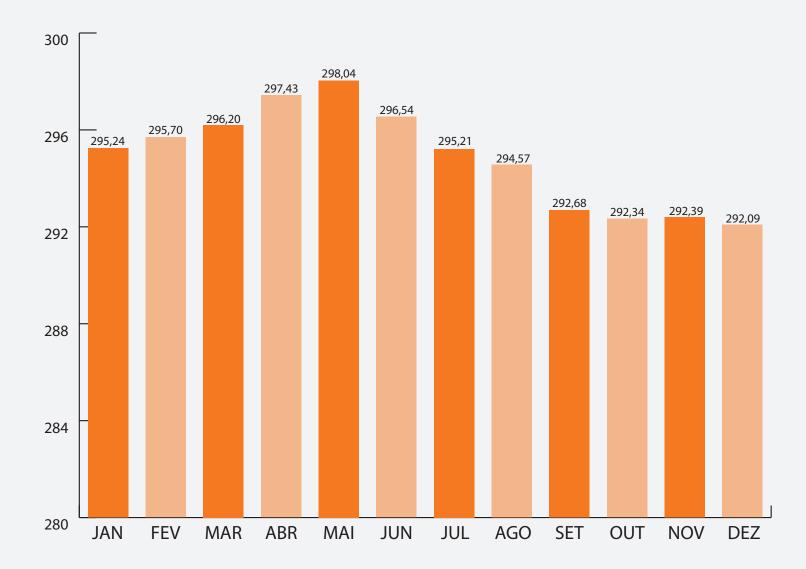
Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV)

Média de tempo de benefício

16 anos

Evolução do Patrimônio Líquido

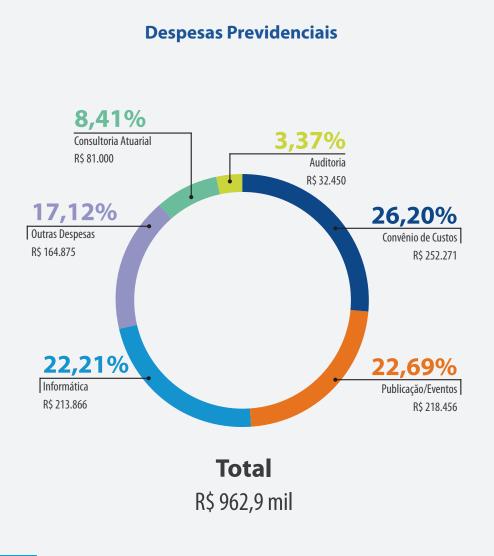
(em milhões de reais - 31/12/2014)



Despesas da Entidade Administrativas e Investimentos

(em 31/12/2014)

Despesas Administrativas





Informações de Participantes | Ativos (base: outubro/2014)

Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

(em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	17	29
Realizável	293.733	297.447
Gestão Previdencial (Nota 5)	319	245
Gestão Administrativa (Nota 5)	227	185
Investimentos (Nota 6)	293.187	297.017
Títulos Públicos	2.255	-
Créditos Privados e Depósitos	2.375	4.568
Fundos de Investimento	287.779	291.703
Empréstimos	778	746
Permanente (Nota 7)	1	1
Imobilizado	1	1
TOTAL DO ATIVO	293.751	297.477

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

(em milhares de reais)

PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
Exigível Operacional (Nota 8)	320	274
Gestão Previdencial	191	140
Gestão Administrativa	129	133
Investimentos	-	1
Exigível Contingencial (Nota 9)	1.339	1.276
Gestão Previdencial	1.121	1.099
Gestão Administrativa	218	177
Patrimônio Social	292.092	295.927
Patrimônio de Cobertura do Plano	291.939	294.899
Provisões Matemáticas (Nota 10)	282.431	283.146
Benefícios Concedidos	282.431	283.146
Equilíbrio Técnico (Nota 11)	9.508	11.753
Resultados Realizados	9.508	11.753
Superávit Técnico Acumulado	9.508	11.753
Fundos (Nota 12)	153	1.028
Fundos Administrativos	149	1.025
Fundos dos Investimentos	4	3
TOTAL DO PASSIVO	293.751	297.477

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	295.927	318.767	(7)
1. ADIÇÕES	32.478	12.681	156
(+) Contribuições Previdenciais	1	-	100
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.929	12.032	165
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	114	(100)
(+) Receitas Administrativas	470	485	(3)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	77	50	54
(+) Constituição de Fundos de Investimento	1	-	100
2. DESTINAÇÕES	(36.313)	(35.521)	2
(-) Benefícios	(34.843)	(34.159)	2
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	-	100
(-) Despesas Administrativas	(1.398)	(1.334)	5
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(25)	(28)	(11)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	(3.835)	(22.840)	(83)
(+/-) Provisões Matemáticas	(715)	(21.056)	(97)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.245)	(957)	135
(+/-) Fundos Administrativos	(876)	(827)	6
(+/-) Fundos dos Investimentos	1	-	100
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	292.092	295.927	(1)

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.025	1.852	(45)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	547	535	2
1.1. RECEITAS	547	535	2
Custeio Administrativo dos Investimentos	459	465	(1)
Resultado Positivo dos Investimentos	77	50	54
Outras Receitas	11	20	(45)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.423)	(1.362)	4
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(963)	(897)	7
Treinamento/Congressos e Seminários	(24)	(24)	-
Viagens e Estadias	(25)	(39)	(35)
Serviços de Terceiros	(358)	(303)	18
Despesas Gerais	(552)	(527)	5
Contingências	(4)	(4)	-
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(460)	(465)	(1)
Serviços de Terceiros	(439)	(441)	-
Contingências	(21)	(24)	(13)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(876)	(827)	6
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(876)	(827)	6
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	149	1.025	(86)

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano ACMV

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	294.899	316.912	(7)
1. ADIÇÕES	31.930	12.146	163
(+) Contribuições	1	-	100
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.929	12.032	165
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	114	(100)
2. DESTINAÇÕES	(34.890)	(34.159)	2
(-) Benefícios	(34.843)	(34.159)	2
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	-	100
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(2.960)	(22.013)	(87)
(+/-) Provisões Matemáticas	(715)	(21.056)	(97)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.245)	(957)	135
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	291.939	294.899	(1)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	153	1.028	(85)
(+/-) Fundos Administrativos	149	1.025	(85)
(+/-) Fundos dos Investimentos	4	3	33

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Demonstração do Ativo Líquido - Plano ACMV

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
1. ATIVOS	293.404	297.167	(1)
Disponível	12	19	(37)
Recebível	468	1.270	(63)
Investimentos	292.924	295.878	(1)
Títulos Públicos	2.255	-	100
Créditos Privados e Depósitos	2.375	4.568	(48)
Fundos de Investimento	287.516	290.564	(1)
Empréstimos	778	746	4
2. OBRIGAÇÕES	1.312	1.240	6
Operacional	191	141	35
Contingencial	1.121	1.099	2
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	153	1.028	(85)
Fundos Administrativos	149	1.025	(85)
Fundos dos Investimentos	4	3	33
5. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	291.939	294.899	(1)
Provisões Matemáticas	282.431	283.146	-
Superávit/Déficit Técnico	9.508	11.753	(19)

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano ACMV

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	293.255	296.142	(1)
1. Provisões Matemáticas	282.431	283.146	-
1.1. Benefícios Concedidos	282.431	283.146	-
Benefício Definido	282.431	283.146	-
2. Equilíbrio Técnico	9.508	11.753	(19)
2.1. Resultados Realizados	9.508	11.753	(19)
Superávit Técnico Acumulado	9.508	11.753	(19)
Reserva de Contingência	9.508	11.753	(19)
3. Fundos	4	3	33
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	4	3	33
4 . Exigível Operacional	191	141	35
4.1. Gestão Previdencial	191	140	36
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1	(100)
5. Exigível Contingencial	1.121	1.099	2
5.1. Gestão Previdencial	1.121	1.099	2

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 25 de maio de 2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº. 132/05, de 21 de outubro de 2004, tendo por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02 de janeiro de 2007, conforme Portaria SPC nº. 770, de 23 de outubro de 2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaú Unibanco para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de plano de benefício de caráter previdenciário, complementar ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltado aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

O Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV), CNPB: 1998.0031-83, possui modalidade BD (Benefício Definido) e tem como patrocinadora o Itaú Unibanco S.A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm dos rendimentos resultantes da aplicação de recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

Descrição	2014	2013
Assistidos	1.042	1.092
Total	1.042	1.092

NOTA 2

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CGPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas, bem quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e

orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

Gestão Previdencial –

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- Gestão Administrativa

- Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- Investimentos Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota 14).

NOTA 3

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- Gestão Previdencial -

Compreende os valores transferidos dos Investimentos, relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades da Gestão Previdencial.

- Gestão Administrativa -

Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros

eventos administrativos.

 Investimentos – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação –
Quando adquiridos com o
propósito de serem negociados,
independentemente do prazo
a decorrer da data de aquisição,
sendo avaliados pelo valor
de mercado e seus efeitos
reconhecidos na demonstração do
resultado do exercício;

- b. Títulos mantidos até o vencimento
- Quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas no resultado diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 8% a.a.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

 Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, exparticipantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- Remotas: não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/ Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/ Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os

rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a titulo de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

NOTA 4

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- Gestão Previdencial: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo custeadas pelo Fundo Administrativo;
- Investimentos: custeados diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5

ATIVO REALIZÁVEL

DESCRIÇÃO	2014	2013
Gestão Previdencial	319	245
Adiantamento de benefícios de aposentadoria	75	39
Depósito Judicial - Esfera Cível	4	4
Depósito Judicial - Esfera Trabalhista	240	202
Gestão Administrativa	227	185
Seguro (1)	11	12
Depósito Judicial - PIS/COFINS	216	173
TOTAL	546	430
(1) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Com	plementar.	

NOTA 6

INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição de Investimentos

DESCRIÇÃO	2014	2013
Títulos Públicos (1)	2.255	-
Créditos Privados e Depósitos	2.375	4.568
Letra Financeira Subordinada	2.375	4.568
Itaú Unibanco S/A	2.375	4.568
Fundos de Investimento	287.779	291.703
Renda Fixa	265.418	272.055
RT Invictus LDI Renda Fixa (2)	214.054	207.991
RT Constitution Renda Fixa FI	13.009	11.107
RT Republic Renda Fixa Fl	9.904	27.675
RT Trust Renda Fixa Crédito Privado FI	28.451	25.282
Multimercado	22.361	19.648
RT Reliant Multimercado Crédito Privado FI	22.361	19.648
Empréstimos	778	746
TOTAL	293.187	297.017
(1) Refere-se a Títulos Públicos Federais: Notas do Tesouro Nacional		
(2) Refere-se a Fundo de Investimento Exclusivo.		

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

	Valor (1)									
	Va	lor a Mercado		Cate	goria	Ver	ncimento		Valor C	ontábil
PLANO ACMV	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a mercado ⁽³⁾	Total	Para Negociação	Até o Vencimento ⁽⁴⁾	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	2.255	254	2.509	-	2.255	-	-	2.255	2.255	-
Notas do Tesouro Nacional	2.255	254	2.509	-	2.255	-	-	2.255	2.255	-
Créditos Privados e Depósitos	2.375	-	2.375	-	2.375	-	-	2.375	2.375	4.568
Letra Financeira	2.375	-	2.375	-	2.375	-	-	2.375	2.375	4.568
Fundo de Investimento	287.779	(7.116)	280.663	86.589	201.190	73.725	33.415	180.639	287.779	291.703
Fundo de Investimento - Exclusivo	214.054	(7.116)	206.938	12.864	201.190	-	33.415	180.639	214.054	207.991
Letras Financeiras do Tesouro	6.100	-	6.099	6.100	-	-	6.100	-	6.100	3.252
Notas do Tesouro Nacional	124.763	(7.116)	117.648	-	124.763	-	20.551	104.212	124.763	117.960
Títulos do Governo - ESTF (2)	76.427	-	76.427	-	76.427	-	-	76.427	76.427	86.779
Operações Compromissadas	6.764	-	6.764	6.764	-	-	6.764	-	6.764	
Fundos de Investimento - Não Exclusivos	73.725	-	73.725	73.725	-	73.725	-	-	73.725	83.712
Total	292.409	(6.862)	285.547	86.589	205.820	73.725	33.415	185.269	292.409	296.271

⁽¹⁾ Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço. Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação no dia da apuração e o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data de balanço.

Incluí, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R\$ 263 (R\$ 1.139 em 2013).

⁽²⁾ Títulos de Moeda de Privatização (MOP), inegociáveis com vencimento em 2023, com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento. Não há um mercado ativo para negociação frequente destes títulos.

⁽³⁾ Refere-se ao impacto dos títulos mantidos na categoria "até o vencimento" caso sejam reclassificados como "para negociação".

⁽⁴⁾ A administração da Fundação manifesta a intenção de manter os títulos públicos (NTN) no montate de R\$ 127.018, até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

NOTA 7

ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2014	2013
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	4	4
(-) Depreciação	(3)	(3)
TOTAL	1	1

NOTA 8

EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2014	2013		
Gestão Previdencial	191	140		
Benefícios Pendentes (1)	-	2		
Retenções sobre folha benefícios	148	136		
Seguros sobre Folha de benefícios	43	2		
Gestão Administrativa	129	133		
Obrigações com Serviços de Terceiros	129	133		
Investimentos	-	1		
Empréstimos	-	1		
TOTAL	320	274		
(1) Corresponde ao benefícios bloqueados por não recadastramento do participante.				

NOTA 9

EXIGÍVEL CONTIGENCIAL

DESCRIÇÃO	2014	2013
Gestão Previdencial	1.121	1.099
Provisão - Cesta Alimentação	1.121	1.099
Gestão Administrativa	218	177
Provisão - PIS/COFINS (1)	218	177
TOTAL	1.339	1.276

⁽¹⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios. Em Novembro/2009 foi concedida liminar que autoriza o recolhimento dos tributos judicialmente, cuja probabilidade de êxito foi considerada possível.

NOTA 10

PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuário, cujo parecer evidencia o cumprimento às normas atuarias pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e do regulamento do plano de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

I. Provisões de benefícios
concedidos – Correspondem
ao valor atual dos
benefícios do plano com
os compromissos futuros
da Entidade para com os
participantes ou beneficiários
que já estão em gozo de
benefícios de prestação
continuada, aposentadorias
e pensões.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideram as premissas e hipóteses atuariais e econômicas conforme abaixo:

Descrição	2014	2013
Taxa Real de Juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício (1)	Índice ACMV	Índice ACMV
Tábua de Mortalidade Geral (2)	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.	N.A.
Taxa de crescimento real do Beneficio do INSS	0%	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98	0,98
Método Atuarial	Agregado	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

c) Evolução

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2013	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2014
Benefícios Concedidos	283.146	(715)	282.431
TOTAL	283.146	(715)	282.431

⁽¹⁾ Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

⁽²⁾ Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respecitva tábua básica.

NOTA 11

EQUILÍBRIO TÉCNICO

DESCRIÇÃO	2014	2013
Saldo Inicial	11.753	12.710
Superávit/(Déficit) do Período	(2.245)	(957)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	9.508	11.753

NOTA 12

FUNDOS

a) Fundos Administrativos -

Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

b) Fundos dos Investimentos -

Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem como objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos aos participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2013	Remuneração	Constituição / (Reversão)	Saldos em 31/12/2014
Fundos Administrativos	1.025	76	(952)	149
Fundos dos Investimentos	3	1	-	4
TOTAL	1.028	77	(952)	153

NOTA 13

PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são com o Itaú Unibanco S.A. e Itaú Administração Previdenciária Ltda., as quais caracterizam-se basicamente por:

DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVO / (PASSIVO)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(24)	(23)
Taxa de Administração da Carteira	(24)	(23)
RECEITAS / (DESPESAS)		
(Despesas)	(635)	(609)
Taxa de Administração da Carteira	(388)	(394)
Taxa de Gestão Previdencial	(214)	(187)
Taxa de Gestão de Investimento	(33)	(29)

Além das operações acima discriminadas, a Fundação Bemgeprev, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R\$ 252 (R\$ 242 em 2013) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 14

AJUSTES E ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2014	2013
Participação no Plano de Gestão Administrativa	149	1.025
Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	149	1.025
Participação no Fundo Administrativo PGA	149	1.025
Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	149	1.025

NOTA 15

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) A Resolução CNPC nº. 16, de 19 de novembro de 2014, que altera a Resolução nº. 26, de 29 de setembro de 2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e altera a Resolução nº. 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, produzindo efeitos de forma facultativa e a critério das EFPC para o exercício de 2014 e de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.
- b) Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto de questionamento no Mandado de Segurança impetrado pela entidade, devese cessar o procedimento de depósito judicial das contribuição e efetuar o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.
- c) A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente

CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras Fundação Bemgeprev

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bemgeprev ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bemgeprev em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Belo Horizonte, 11 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes CRC 2SP000160/0-5 "F" MG

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/0-4 "S" MG

1.

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Aposentadoria
Complementar Móvel Vitalícia –
Plano ACMV, CNPB nº 1998.003183, patrocinado pela empresa Itaú
Unibanco S.A. e administrado pela
Fundação Bemgeprev, preparamos
este relatório técnico (Parecer Atuarial)
que contém as principais informações
e resultados da avaliação atuarial
do referido plano de aposentadoria,
realizada pela Mercer Human Resource
Consulting Ltda. (Mercer) para fins de
encerramento do exercício de 2014 da
Fundação Bemgeprev.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2014, a ser enviada para o Governo Brasileiro, foi elaborado para a Fundação Bemgeprev, e:

- Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano ACMV;
- Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Cabe lembrar que o Plano ACMV está estruturado na modalidade de benefício definido, encontrase fechado para novas adesões de participantes, e possui somente participantes assistidos.

Os resultados acima mencionados se utilizam de várias premissas, atuariais e econômicas, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano ACMV ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer.

Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Permanecerá sempre com a
Fundação Bemgeprev a
responsabilidade pela execução
das determinações contidas neste
Parecer Atuarial, como, por exemplo,
a guarda e arquivo deste documento,
o cumprimento do plano de custeio
apresentado, o registro contábil das
informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total do conteúdo deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução parcial elaborada por terceiros.

2

Perfil dos Participantes

Os dados individuais dos participantes assistidos utilizados no presente estudo foram fornecidos pela Fundação Bemgeprev à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos a que se destinam. A data-base desses dados é 31/10/2014.

Informamos que não há participantes ativos ou beneficiários de pensão por morte no Plano ACMV.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Bemgeprev e sua patrocinadora, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

As principais características do grupo avaliado estão resumidas na tabela a seguir. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base dos dados é 31/10/2013. Para melhor entendimento das informações apresentadas, vale destacar que:

- A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade estão na data-base dos dados correspondente, ou seja, 31/10/2014 e 31/10/2013;
- Os valores monetários são nominais e estão posicionados no mês de dissídio imediatamente anterior à data-base dos dados pertinentes (vide tabela abaixo). Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários têm o mesmo tratamento, ou seja, são atualizados para a data-base da avaliação atuarial e apresentados no conceito de capacidade.

Participantes Assistidos

Descrição	2014	2013
Aposentados		
– Número	1.042	1.092
– Idade média (anos)	77,9	77,1
– Folha total de benefícios mensais (R\$)	2.731.303	2.673.216
– Benefício mensal médio (R\$)	2.621	2.448

3.

Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados) deste plano, devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto

àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera que seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e a forma com que são acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação, e que aumentam significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/ provisões matemáticas. No entanto, é importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, ou

seja, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/ provisão matemática na data de início de pagamento dos benefícios.

Para esse fim, isto é, de se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS, etc.) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e número de dependentes, etc.), entre outras.

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta ou pagamento de benefícios diferentes do esperado; imposições legais; adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que os resultados de uma avaliação atuarial de um plano de benefícios registram a situação atuarial e financeira estimada do referido plano em um dado momento no tempo, mas não conseguem prever o exato comportamento da situação futura, atuarial ou financeira, deste mesmo plano, pressupondo, assim, o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano ACMV, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/ provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano ACMV apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um <u>único cenário</u> dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Taxa real anual de juros (1)	5,5% ao ano
– Projeção de crescimento real de salário	N.A.
– Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	N.A.
– Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,00% ao ano
– Fator de capacidade para os salários	N.A.
– Fator de capacidade para os benefícios	0,98
– Hipótese sobre rotatividade	N.A.
– Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000
– Tábua de mortalidade de inválidos	N.A.
– Tábua de entrada em invalidez	N.A.
– Entrada em aposentadoria	N.A.
– Composição familiar	N.A.
– Outras hipóteses biométricas utilizadas	N.A.

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o índice ACMV, que é a média geométrica dos índices de preço do consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente;

⁽²⁾ A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, e reflete redução nas taxas anuais de mortalidade da ordem de 10% em relação à tábua básica. Esta tábua atuarial atende ao item 2 da Resolução CGPC n° 18, de 28/03/2006.

As hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na presente avaliação atuarial não sofreram alterações em relação à avaliação de encerramento do exercício de 2013. A manutenção de tais hipóteses está baseada em estudo técnico específico elaborado pela Mercer.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano ACMV encontram-se arquivadas na Fundação Bemgeprev à disposição da PREVIC.

Cabe registrar que como o Plano ACMV possui somente participantes assistidos, o valor da reserva/provisão matemática para esses participantes não sofre influência do método atuarial utilizado.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e adequados aos fins a que se destinam, estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano ACMV em vigor em 31/12/2014, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnicoatuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano ACMV foram discutidos e aprovados pela Fundação Bemgeprev, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4.

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com os valores contábeis informados pela Fundação Bemgeprev, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do plano, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial, administrativo e investimentos posicionados em 31/12/2014.

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2014)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	292.092.187,74
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	291.939.137,32
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	282.431.036,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	282.431.036,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	282.431.036,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	282.431.036,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2014)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	9.508.101,32
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	9.508.101,32
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	9.508.101,32
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	9.508.101,32
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	153.047,42
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	149.364,33
2.3.22.01.00.00	Plano de Gestão Administrativa	149.364,33
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Admistrativo PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.683.09
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

O Superávit Técnico Acumulado do Plano ACMV foi reduzido em relação ao resultado de encerramento do exercício de 2013, passando de R\$ 11.753.338,77 naquela data para R\$ 9.508.101,02 em 2014. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a movimentação de participantes.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se:

- 1. O regulamento do Plano ACMV vigente em 31 de dezembro de 2014, fornecido pela Fundação Bemgeprev, e que se encontra fechado a novas inscrições. Este regulamento não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013;
- Os dados individuais dos participantes e beneficiários informados pela Fundação Bemgeprev;
- **3.** As hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial, e que estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos.

Registre-se que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano ACMV ora avaliado, tendo se baseado apenas na informação fornecida pela Fundação Bemgeprev.

5.

Plano de Custeio

Considerando os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014, que apontou a condição superavitária do Plano ACMV naquela data, atestamos que não há necessidade de realização de contribuições de cunho previdenciário para o referido plano de benefícios durante a vigência deste plano de custeio.

As despesas administrativas do Plano ACMV foram orçadas pela Fundação Bemgeprev em cerca de R\$ 1.170.000 para o período de vigência deste plano de custeio e serão abatidas do fundo administrativo, constituído exclusivamente para esta finalidade. No caso da utilização total do fundo administrativo, a patrocinadora deverá efetuar, adicionalmente, as contribuições que forem necessárias para custear as despesas

administrativas remanescentes.

Obedecidas as restrições legais aplicáveis, o orçamento para as despesas administrativas poderá ser majorado ou reduzido, conforme acordado entre a Fundação

Bemgeprev e sua patrocinadora, sem que seja necessária a alteração deste Parecer Atuarial.

O plano de custeio apresentado neste capítulo passa a vigorar de 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016.

6.

Conclusão

Certificamos que o Plano ACMV administrado pela Fundação Bemgeprev está superavitário na data de encerramento do exercício de 2014, tendo sua Reserva de Contingência constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Adicionalmente, e em decorrência desta situação superavitária, atestamos que a patrocinadora somente deverá efetuar contribuições para o Plano ACMV caso o fundo administrativo não seja suficiente para o custeio das despesas administrativas, conforme condições estabelecidas no capitulo 5 deste Parecer Atuarial.

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que a

manutenção da saúde atuarial e financeira do Plano ACMV (neste caso a situação superavitária) dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque para a sobrevivência de válidos e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Rafael Carlos M. Chaves MIBA nº 2.145

Silvio Lopes da Silva Júnior MIBA nº 1.103

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para a avaliação atuarial do Plano ACMV.

José Carlos Dias M.I.B.A. nº 635

Parecer do Conselho Fiscal

Os Conselheiros Fiscais da Fundação Bemgeprev ("Bemgeprev") procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da Entidade nos termos do art. 19 da Resolução 13/04 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar ("CGPC").

Os exames foram realizados com objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2014, e tiveram como base as informações contábeis e de controles internos da Entidade e o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores do Plano ACMV às normas em vigor e à política de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31.12.2014 do Plano ACMV;
- III. adequação da execução orçamentária; e
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal concluiu que:

 a gestão dos recursos garantidores está em conformidade com as normas em vigor e com a política de investimentos;

- as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios relativamente:
- à projeção de crescimento real dos benefícios do Plano: está adequada e aderente ao plano de benefícios;
- à taxa real de juros, à tábua de mortalidade geral e ao fator de capacidade: manter o acompanhamento sistemático e periódico da aderência destas premissas;
- a execução orçamentária dos gastos administrativos foi efetuada de forma adequada; e
- os controles internos existentes estão em conformidade com o modelo de governança corporativa proposto pela Resolução CGPC 13/04.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que adote as providências recomendadas nos itens específicos do relatório e que o encaminhe ao Conselho Deliberativo da Bemgeprev para conhecimento e deliberação sobre eventuais providências que devam ser adotadas.

Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2014 e de suas notas explicativas, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2014, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 4 de março de 2015.

ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

CLEIDE XAVIER ROCHA FOUREAUX Conselheira Efetiva

LUIZ FERNANDO DA SILVA TELLES Conselheiro Efetivo

HÉLIO EDUARDO MARTINEZ PAVÃO Conselheiro Suplente

Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame após exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2014 e de suas notas explicativas, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres da consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda., dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e no parecer do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Bemgeprev deliberaram, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do Plano de Benefícios em 31.12.2014.

São Paulo (SP), 11 de março de 2015.

OSVALDO DO NASCIMENTO

Presidente

MESSIAS CAETANO NETO

Vice-Presidente

CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR

Conselheiro Efetivo

GERALDO BRANDÃO VIEIRA

Conselheiro Efetivo

Demonstração dos Investimentos em 2014

Trimestralmente, a Fundação Bemgeprev, entidade que administra o Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – Plano ACMV, envia para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) o demonstrativo de investimentos para comprovar que as aplicações financeiras estão de acordo com legislação vigente. Veja, a seguir, um resumo dos investimentos realizados pela Fundação Bemgeprev para o Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – Plano ACMV e para o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Alocação dos Ativos por Segmento

		Dez/14
Segmentos de investimento	R\$	%
Renda fixa	292.384.190	99,76
Empréstimos	700.000	0,24
Total	293.084.190	100,00

Distribuição de Recursos por Gestor

		Dez/14
Segmentos de investimento	R\$	%
Itaú Unibanco	292.384.190	99,76
Total	292.384.190	99,76

Rentabilidade Bruta por Segmento de Aplicação

		Dez/14
Segmentos de investimento	Rentabilidade Nominal (%)	Meta Atuarial / Índice de Referência (%)
Renda Fixa	11,57	12,94
Operações com Participantes	15,37	12,94
Total	11,58	12,94

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia e ao Plano de Gestão Administrativa da Fundação Bemgeprev.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2014 a 12/2014

Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia

	Indexador	Taxa de juros
PLANO	ACMV*	5,5%
RENDA FIXA	ACMV*	5,5%
RENDA VARIÁVEL	IBOVESPA	0,0%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	ACMV*	5,5%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	ACMV*	5,5%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	ACMV*	5,5%

^{*} O Índice ACMV corresponde à média geométrica dos índices IPCA-BH (IPEAD / FACE-UFMG); IPC-SP (FIPE-USP) e IPC-RJ (FGV).

Plano de Gestão Administrativa

	Indexador	Taxa de juros
PLANO	DI-CETIP	0,00%
RENDA FIXA	DI-CETIP	0,00%
RENDA VARIÁVEL	IBOVESPA	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	DI-CETIP	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	DI-CETIP	0,00%

Informações sobre a Política de Investimentos

Documentação/ responsáveis

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 11/12/2013

Administrador estatutário tecnicamente qualificado				
Segmento	Nome	CPF	Cargo	
Plano	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	
Renda Fixa	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	
Renda Variável	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	
Investimentos Estruturados	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	
Investimentos no Exterior	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	
Empréstimos e Financiamentos	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos	

Controle de riscos

Risco de mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

Risco de liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

Risco de contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Risco legal

Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

Risco operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros? **Sim**Possui modelo proprietário de risco? **Não**Realiza Estudos de ALM? **Sim**

Informações sobre a Política de Investimentos

Alocação dos recursos

Período de referência: 1/2014 a 12/2014

Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	60,00%	100,00%	99,70%
Renda Variável	0,00%	20,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	5,00%	0,30%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%

Plano de Gestão Administrativa

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	65,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	20,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Sim**Utiliza derivativos? **Sim**Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**Existência de sistemas de controles internos? **Sim**

Perfis de investimento

O Plano não possui Perfis de Investimento.

